

**Universidade Federal do Amazonas
Faculdade de Informação e Comunicação
Curso de Biblioteconomia**

LUCAS DA SILVA TEIXEIRA

**EMBARGO DE OBRAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

**MANAUS
2021**

LUCAS DA SILVA TEIXEIRA

**EMBARGO DE OBRAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Dra. Célia Regina Simonetti Barbalho

**MANAUS
2021**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

T266e Teixeira, Lucas da Silva
Embargo de obras no Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas / Lucas da Silva Teixeira. 2021
39 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Célia Regina Simonetti Barbalho
TCC de Graduação (Biblioteconomia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Acesso Aberto. 2. Embargo. 3. Produção científica. 4. Repositório institucional. 5. Universidade Federal do Amazonas. I. Barbalho, Célia Regina Simonetti. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

LUCAS DA SILVA TEIXEIRA

EMBARGO DE OBRAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Biblioteconomia da Universidade
Federal do Amazonas, como requisito para a
obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Célia Regina Simonetti Barbalho (Orientadora)
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



Prof. Dra. Guilhermina de Melo Terra (Avaliadora
Interna)

JEANE MACELINO
GALVES:60011718234

Assinado de forma digital por JEANE
MACELINO GALVES:60011718234
Dados: 2021.12.13 19:03:50 -04'00'

Ma. Jeane Macelino Galves (Avaliadora Externa)

RESUMO

Discute os aspectos motivacionais dos autores ao solicitarem o embargo de suas obras no Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas (RIU/UFAM). Destaca-se que o acesso aberto é fundamental para a produção de conhecimento científico, e se faz importante compreender o que leva autores a restringirem o acesso de seus conteúdos. Para ter esse entendimento, fez-se necessário examinar a literatura existente sobre o tema, afim de possuir fundamentação para compreender as motivações dos autores, possibilitando debater possíveis medidas para contornar estas problemáticas. Salienta-se que foi utilizada a pesquisa bibliográfica, para referencial teórico, assim como a pesquisa documental e de campo. Teve como instrumento de coleta de dados, questionário aplicado aos autores que embargaram o acesso ao conteúdo disponibilizado no RIU/UFAM. A partir da análise dos dados percebeu-se que as principais motivações de solicitação de embargo são a possibilidade de publicações em periódicos de acesso restrito e processos de patenteamento, baseados, portanto, nos princípios de exclusividade e originalidade. Destaca-se que os autores demonstram interesse de tornar as suas obras de acesso público no repositório da instituição, sendo a pressão realizada pelas editoras de periódicos restritos, o principal motivador da restrição de acesso. Conclui que, por meio deste estudo, foi possível explicitar os aspectos motivacionais do embargo no contexto da Universidade Federal do Amazonas, assim como discutir possíveis soluções para esta problemática.

Palavras-chave: Acesso Aberto; embargo; produção científica; repositório institucional; Universidade Federal do Amazonas.

ABSTRACT

It discusses the motivational aspects of the authors when requesting the embargo of their works in the Institutional Repository of the Federal University of Amazonas (RIU/UFAM). It is noteworthy that open access is essential for the production of scientific knowledge, and it is important to understand what leads authors to restrict access to their content. In order to have this understanding, it was necessary to examine the existing literature on the subject, in order to have a foundation to understand the authors' motivations, enabling the debate on possible measures to overcome these problems. It should be noted that bibliographical research was used as a theoretical framework, as well as documentary and field research. The data collection instrument was a questionnaire applied to authors who blocked access to the content available at the RIU/UFAM. From the analysis of the data, it was noticed that the main reasons for requesting an embargo are the possibility of publications in journals with restricted access and patenting processes, based, therefore, on the principles of exclusivity and originality. It is noteworthy that the authors show interest in making their works publicly accessible in the institution's repository, with pressure from publishers of restricted journals being the main reason for restricting access. It concludes that, through this study, it was possible to explain the motivational aspects of the embargo in the context of the Federal University of Amazonas, as well as to discuss possible solutions to this problem.

Keywords: Open Access; embargo; scientific production; institutional repository; Federal University of Amazonas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Linha do Tempo do Movimento Acesso Aberto	12
Gráfico 1 – Motivação do embargo	26
Gráfico 2 – Liberação de acesso	27
Gráfico 1 – Utilização de conteúdos de repositórios digitais	28
Gráfico 2 – Considerações sobre o embargo	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Questão norteadora	8
1.3 Objetivos	8
1.3.1 Geral	8
1.3.2 Específicos.....	8
1.4 Estrutura do Trabalho	8
2 REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1 Acesso Aberto	10
2.2 Repositórios Digitais	15
2.2.1 Repositórios Institucionais.....	16
2.3 Políticas de Repositórios Institucionais	18
2.3.1 Embargo de Acesso	20
2.3.2 Política do Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas ...	21
3 METODOLOGIA	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 Motivação do embargo	26
4.2 Liberação do acesso	27
4.3 Utilização de conteúdos de repositórios digitais	28
4.4 Considerações sobre o embargo	29
5 CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	32
APÊNDICES	36
APÊNDICE A – Modelo de texto de apresentação	37
APÊNDICE B – Questionário	38

1 INTRODUÇÃO

Os repositórios de informação têm como objetivo organizar e conceder acesso à produção científica, podendo ser destinados à disponibilização de obras de uma determinada instituição ou temática. Deste modo, estes são vistos como uma das principais ferramentas de disseminação de informação, uma vez que as informações neles disponibilizados podem ser acessados em qualquer lugar do mundo, por estar no meio digital.

Porém, os repositórios institucionais (RI) possuem um elemento em suas políticas que permite restringir o acesso ao conteúdo, o qual se denomina embargo. Esta opção é adotada por pesquisadores por diversos motivos, sejam pessoais ou externos, levando a produção científica destes a ter o acesso restrito, limitando o seu alcance e utilização para constituição de outros trabalhos e colaboração em novas pesquisas.

Com isto, dados e informações que poderiam ser utilizados em outras pesquisas ficam indisponíveis para acesso do público externo. Sendo a cooperação e avaliação entre os pares um dos fatores imprescindíveis para a produção de novos conhecimentos, sua construção é prejudicada pela prática do embargo, uma vez que este limita a pesquisa científica. Isto ocorre em diversas instituições de ensino, como na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Em um levantamento disponibilizado pela equipe responsável pelo Repositório Institucional da UFAM (RIU/UFAM) em Agosto de 2021, identificou-se que até aquele momento, o repositório possuía 134 obras com acesso embargado. Isto se faz relevante, uma vez que o embargo de obras restringe o acesso ao conhecimento ali contido.

Compreender o motivo para estas obras terem sido embargadas no RIU/UFAM é fundamental para que seja possível constituir soluções adequadas, visando o livre acesso destes conteúdos, posto que estes são resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos, e que como tal deveriam ser de amplo conhecimento e acesso pela sociedade.

Pretende-se assim, contribuir para o debate que já vem ocorrendo no meio científico, principalmente no que envolve a temática da Ciência Aberta (CA), conceito discutido especialmente na Ciência da Informação, mas cuja importância se estende para todas as áreas do conhecimento.

1.1 Questão norteadora

Quais motivos levam os autores de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Amazonas a embargarem o acesso a suas obras no Repositório da instituição?

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Discutir os aspectos motivacionais dos autores ao solicitarem o embargo do acesso de suas obras no Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas.

1.3.2 Específicos

Examinar na literatura as abordagens inerentes ao Acesso Aberto, repositórios e embargos;

Analisar os dados obtidos na aplicação do questionário, procurando estabelecer/perceber a similaridade nas respostas apresentadas;

Debater possíveis medidas a fim de diminuir o número de solicitações de embargo de obras.

1.4 Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em cinco partes, a saber:

O componente inicial descreve a problemática abordada no trabalho, justificando a sua importância, além de descrever os objetivos que se propôs atingir. Desta forma, foca-se em expor como a temática se faz relevante para a comunidade acadêmica e para a sociedade como um todo.

O segundo capítulo contém uma revisão de parte da literatura existente sobre os temas e elementos abordados: acesso aberto, repositórios digitais, repositórios institucionais, política de repositórios institucionais e embargo; com o intuito de apresentar os conceitos essenciais que amparam a pesquisa.

No terceiro capítulo descreve-se a metodologia utilizada na elaboração e aplicação da pesquisa, além de como foi feita a análise dos dados coletados.

A seguir, no quarto capítulo, foram descritos os resultados obtidos na coleta de dados, assim como foi realizada a análise dos mesmos, além da discussão do que pode-se concluir a partir deles.

Por fim, no último componente do trabalho, discorreu-se acerca das considerações finais do estudo, e foram dadas sugestões de como este pode contribuir para o avanço das pesquisas sobre este tema.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para melhor compreensão acerca do estudo, foi elaborado um levantamento da literatura existente sobre os tópicos temáticos abordados. Com isso, haverá a contextualização sobre a temática e corroboração para o desenvolvimento da pesquisa.

2.1 Acesso Aberto

O movimento Acesso Aberto (AA) preconiza a ampla disponibilidade da produção científica para que possa ser lida e consultada de modo a promover uma economia de recursos e esforços, que podem ser investidos em outras pesquisas, oferecendo maior celeridade aos processos de produção de conhecimento científico.

O desenvolvimento do AA pode ser associado ao surgimento da Internet, cujo objetivo é o de compartilhamento de dados (MACHADO, 2015). O mesmo autor apresenta um breve histórico de iniciativas que podem ser consideradas as primeiras no sentido de se estabelecer um meio de acesso livre à informação:

A primeira iniciativa de criar um banco de dados de bibliografia eletrônica de acesso aberto foi do Educational Resources Information Center (ERIC - <http://www.eric.ed.gov>), em 1966. No mesmo ano, foi criado o Medline, um banco de dados on-line de livre acesso gerido pela National Library of Medicine e o National Institutes of Health (ambos dos EUA) com citações bibliográficas de periódicos da área de biomédica, que mais tarde passaria a ser chamado PubMed (<http://pubmed.gov>), apresentando hoje mais de 14 milhões de artigos completos. (MACHADO, 2015, p. 203)

Percebe-se que a criação destas estruturas preliminares tinha como objetivo permitir o acesso a dados de pesquisas científicas por outros autores.

Décadas depois, foi efetivada a criação de um servidor de *preprints* do Laboratório de Los Alamos, conduzida por Paul Ginsparg em 1991 (WEITZEL, 2014). Esta iniciativa foi pioneira no que tange ao compartilhamento de dados de forma gratuita e acessível, para a época, o que impulsionou diversos pesquisadores que se propuseram a aprimorar a tecnologia necessária para o arquivamento e acesso em meio virtual.

Posteriormente, em 1999, fora apresentada pelos organizadores da Convenção de Santa Fé, modelos de estruturas que permitiam o autoarquivamento e interoperabilidade entre provedores de dados (WEITZEL, 2014). Tal feito tornou possível a concepção inicial do que viriam a ser os Repositórios Digitais, que consistem em bases de dados que possibilitam o acesso aos conteúdos neles hospedados de forma virtual.

A possibilidade de manter documentos com acesso livre impulsionou pesquisadores de diversas áreas a buscarem meios de expandir tal feito. Isto levou à criação do Movimento Acesso Aberto, personificado na “[...] publicação da Declaração de Budapeste, em 14 de fevereiro de 2002, pela *Budapeste Open Access Initiative*” (WEITZEL, 2014, p. 68) que tinha como objetivo central a publicação livre de todo o conhecimento científico.

Esta iniciativa surgiu devido à crescente inconformidade dos pesquisadores ante o visível monopólio das editoras de periódicos de acesso restrito sobre a publicação de artigos e demais conteúdos científicos (RIOS; LUCAS; AMORIM, 2019). Tal cenário impulsionava os acadêmicos à discussão sobre meios alternativos de compartilhamento de conhecimento, que não dependessem do desprendimento de recursos, que poderiam ser utilizados em outros elementos das pesquisas.

Para isto, a Declaração de Budapeste estabeleceu diferentes tipos de acesso ao conhecimento científico, podendo ser destacados como principais as denominadas Via Dourada e Via Verde (RODRIGUES; RODRIGUES, 2014). A primeira se baseia na publicação de artigos em periódicos de acesso livre e gratuito, e na segunda, a submissão é realizada pelo próprio autor em repositórios digitais, com acesso livre e integral ao conteúdo (WEITZEL, 2014). Desta forma, o acesso aberto depende da iniciativa do autor, ou de políticas de incentivo ao mesmo.

Também foram estabelecidas outras denominações de acesso, como a Via Bronze, baseada na publicação aberta em periódicos, mas sendo ausente uma licença de acesso aberto. Há o modelo Híbrido, no qual os documentos são disponibilizados em periódicos restritos ou fechados e geralmente pagos, mas com seu acesso aberto mediante pagamento de taxa por parte do autor. Além desses, há a denominação de Acesso Restrito ou Fechado, que consiste em saberes disponibilizados exclusivamente para usuários de periódicos restritos.

Posteriormente, foram publicadas novas declarações, tendo como objetivo aprimorar o conceito do AA e promover a sua discussão. Ressalta-se as declarações de Bethesda (2004), a qual estabeleceu os elementos obrigatórios para que uma obra tenha de fato o AA; a Declaração de Berlim (2003) que focou na noção de que todos os espaços de conhecimento, como museus, devem ser abertos, e por isto devem procurar se inserir no ambiente digital; e por fim, a declaração de Haia (2014), que focou na desigualdade no acesso à internet, fator determinante para o que o AA

aconteça (RIOS; LUCAS; AMORIM, 2019). Diante disto, percebe-se que o debate sobre o AA é contínuo, e passa por diferentes áreas do conhecimento e pesquisa.

Analisando a trajetória do Movimento de AA, desde seu surgimento, percebe-se a evolução no entendimento dos conceitos e definições acerca dos elementos que o compõe, como exposto na Figura 1:

Figura 1 – Linha do Tempo do Movimento Acesso Aberto.



Fonte: BARBALHO (2021)

Para melhor compreensão deste conceito, é preciso entender que ele possui como objetivo final o acesso livre e integral ao conhecimento. Segundo Rodrigues e Rodrigues (2014) o AA se caracteriza como o livre acesso ao conteúdo de obras científicas, de forma integral, podendo ser utilizadas para fins de consulta, divulgação e utilização de dados, respeitando as normas de citação. Como bem nos assegura Silva e Weitzel (2017), o AA representa um novo modelo de difusão de informação que surge para corrigir as deficiências do tradicionalmente praticado, decorrentes da restrição de acesso ao conteúdo e ocasionado pela publicação em meios de acesso restrito com conteúdo pago.

A prática de se dispor o conteúdo científico ao acesso irrestrito se relaciona ao fazer da Ciência Aberta, que se constitui na colaboração entre os pares para a produção de conhecimento, como pode ser percebido na seguinte exposição:

[...] a abertura da ciência contribui grandemente para alimentar sua própria dinâmica. Quanto mais se produz, maior a possibilidade de integração e uso; quanto mais usado, mais valioso é o conhecimento. Pesquisadores individuais se beneficiariam à medida que suas próprias contribuições se

tornam mais amplamente conhecidas (divulgadas e acessadas), e reconhecidas. (GUIMARÃES, 2021, p. 474)

A exposição acima feita pelo autor descreve um processo de retroalimentação no fazer da CA, que beneficiaria tanto os autores quanto a Ciência como um todo, uma vez que o compartilhamento de trabalhos permite que outros sejam desenvolvidos ao mesmo tempo em que torna os autores citados prestigiados em seu campo de atuação.

Parte do fazer da CA passa pela publicação de conteúdo em meios cujo acesso seja livre e integral. Cita-se, como exemplo, os Repositórios Digitais (RD), onde é realizada a submissão do conteúdo, que fica então disponível para acesso virtual e possui:

O objetivo de apoiar e ampliar o alcance da atividade científica e otimizar o acesso aos seus resultados, o movimento AA visa incrementar a disponibilização, através da Internet, dos resultados de pesquisa científica de forma livre e irrestrita para os usuários da web. (GOMES, 2014, p. 101)

Em vista do exposto pelo autor, é importante compreender que a CA propõe o modelo mais adequado para a produção e disseminação de conhecimento, uma vez que compreende o acesso aberto à informação como base primordial para possibilitar aos pesquisadores um sistema que equilibre a necessidade de acessar informação e a de ter o reconhecimento por seus trabalhos.

O Acesso Aberto busca garantir que o conhecimento científico seja de livre acesso, isto é, que seu conteúdo integral esteja disponível para acesso gratuito de forma a democratizar as informações e facilitar o desenvolvimento científico, “[...] uma vez que pressupõe a distribuição e circulação livre através da internet da literatura científica” (RODRIGUES; RODRIGUES, 2014, p. 109). O AA proporciona diversos benefícios, principalmente para a comunidade acadêmica.

Para a comunidade científica, o AA é imprescindível, uma vez que o desenvolvimento de novas pesquisas demanda consulta a fontes anteriores, para levantamentos, análises e consultas. Assim sendo, o Acesso Aberto não se configura apenas como uma questão de cunho técnico para a comunidade científica, mas sim como uma questão estratégica, uma vez que o processo de criação de conhecimento é dependente da colaboração entre os pares (GOMES, 2014). Por parte dos pesquisadores, as tentativas de promover o acesso livre aconteceram anteriormente ao Movimento Acesso Aberto.

O compartilhamento de pesquisas já era uma realidade antes do surgimento dos repositórios digitais e similares, porém era realizado de outras formas. É preciso

compreender que: “A necessidade de resolução de problemas de alta complexidade e os elevados custos da pesquisa têm movido boa parte dos pesquisadores a buscar a colaboração aberta” (ALBAGLI, 2014, p. 3). O Acesso Aberto surge, portanto, como formalização e facilitação de um processo de compartilhamento já existente na comunidade científica.

A divulgação de trabalhos acadêmicos fora de um ambiente que priorize o Acesso Aberto impõem obstáculos aos autores, principalmente no que tange às publicações em periódicos de acesso restrito, onde é preciso pagar para se ter acesso ao conteúdo e, em alguns casos, para utilizá-lo como referência. “Algumas publicações fechadas cobram uma tarifa para autores que desejam liberar o acesso a seus artigos, mas mantendo o *copyright*” (CAMARGO JUNIOR, 2012, p. 1092). Tais restrições atingem tanto o público, que em sua maior parte não terá acesso ao conteúdo, e conseqüentemente ao autor, que não terá o reconhecimento devido por sua obra.

Esta problemática decorre de uma das características da comunidade científica: as pesquisas precisam ser apreciadas pelos pares, gerando assim, reconhecimento aos seus autores. Para que isso ocorra em periódicos pagos, como mencionado por Camargo Júnior (2012), é preciso ceder os direitos da publicação às editoras, o que “[...] resulta em graves restrições que vão de encontro à visibilidade almejada pelos autores” (GOMES, 2014, p. 99). O Acesso Aberto propicia uma solução intermediária, uma vez que possibilita o acesso ilimitado ao conteúdo em nível mundial.

Tendo como foco a problemática da divulgação de trabalhos, o Acesso Aberto se mostra como a melhor forma para tal. Uma vez divulgado o documento em ambiente digital, com uma linguagem amplamente utilizada, como o inglês, seu acesso poderá ser feito em qualquer lugar do mundo. Isto facilita a consulta aos trabalhos, que serão utilizados mais vezes e gerarão mais citações aos seus autores, algo fundamental para aumentar seu prestígio no meio acadêmico.

Para além disto, o acesso à produção acadêmica é de vital importância para o desenvolvimento científico como um todo. Pesquisas e estudos dependem da consulta de obras que tratam do mesmo assunto, realizadas anteriormente. A Ciência é feita de forma compartilhada, com a contribuição dos pares, preferencialmente de forma voluntária. O Acesso Aberto propicia que isto seja feito de forma rápida e sem custos adicionais, o que impacta na celeridade da realização dos estudos.

Isto favorece a sociedade como um todo, uma vez que os resultados de pesquisas científicas são aplicados em tecnologias utilizadas no dia a dia. Como facilitador deste processo, o Acesso Aberto configura-se como uma prática que beneficia não só as academias científicas, mas a sociedade em geral.

Desta forma, compreende-se que um dos objetivos do Movimento Acesso Aberto é a busca por proporcionar o alcance livre às obras de cunho científico, de forma a facilitar o próprio processo de produção de conhecimento científico. Suas propostas iniciais devem ser discutidas pela comunidade científica, com participação dos estados e da sociedade para que se possa alcançar de fato o Acesso Aberto.

Dentre as problemáticas a serem tratadas pelos envolvidos, pode-se destacar os aspectos de custo de produção e editoração, assim como o *copyright*. As pesquisas no geral possuem um custo elevado para seu desenvolvimento, e embora na maioria das vezes esses recursos venham de fontes públicas, para sua publicação em periódicos, são cobradas taxas, ou mesmo os direitos do artigo. A proporção dos custos versus taxas é na maioria das vezes, indevida, uma vez que o tratamento do conteúdo e formatação dos artigos é realizado na maioria das vezes, pelo próprio autor.

Neste cenário, surgem os já citados Repositórios Digitais, cuja ideia central é de disponibilizar documentos no ambiente digital, garantindo o acesso ao seu conteúdo de forma integral.

2.2 Repositórios Digitais

Antes de tratar sobre os Repositórios Institucionais e suas características, é preciso compreender o conceito de Repositório Digital, uma vez que os RI são um tipo de RD.

Segundo Weitzel (2006, p. 59) "Um repositório digital é um arquivo digital que reúne uma coleção de documentos digitais". Como bem nos assegura Sales e Sayão (2016), repositórios digitais consistem em um sistema digital de armazenamento, gerenciamento e acesso a documentos em ambiente virtual. A partir destas conceituações, podemos compreender que os RD surgem como uma ferramenta para proporcionar o Acesso Aberto, a partir das suas funcionalidades e características.

Repositórios Digitais são utilizados para o gerenciamento de dados ou arquivos em ambiente virtual, proporcionando um sistema de organização e disponibilização de acesso externo, possibilitando o Acesso Aberto a documentos e dados:

A expressão 'repositórios digitais', no contexto do acesso aberto, é empregada para denominar os vários tipos de aplicações de provedores de dados que são destinados ao gerenciamento de informação científica, constituindo-se, necessariamente, em vias alternativas de comunicação científica. (LEITE, 2009, p. 19)

Nesse sentido, os RD podem ser exemplificados como o principal meio de tornar produções científicas, públicas (integralmente), possibilitando o seu acesso a qualquer pessoa que possua conexão à internet. Para esta pesquisa, utilizar-se como universo uma tipologia específica de RD: os Repositórios Institucionais.

2.2.1 Repositórios Institucionais

Os RD são ferramentas destinadas à disponibilização de arquivos ou dados em meio digital. No âmbito do AA, a principal utilização desta ferramenta é feita por instituições de ensino e pesquisa, que a utilizam para disponibilizar o acesso a sua produção científica, ao que se denomina de Repositório Institucional (WEIZTEL, 2006). Leite (2009) define RI como serviço de informação, utilizado para gerenciamento e disponibilização do conhecimento científico: de organização e disponibilização de acesso externo, proporcionando o acesso aberto a documentos e dados, ou seja:

Um repositório institucional de acesso aberto constitui um serviço de informação científica – em ambiente digital e interoperável – dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição (universidades ou institutos de pesquisa). Contempla a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição. (LEITE, 2009, p. 21)

Nesta exposição, o autor demonstra que os RI abrangem todas as etapas de organização e divulgação do conhecimento científico produzido em uma instituição, constituindo-se como uma das principais ferramentas de gestão e disseminação da informação.

O Movimento preconiza que o acesso livre a produção científica é facilitado pela criação da internet. O surgimento e popularização da internet possibilitaram que o AA seja praticado em grande escala, porém isto demanda uma modernização do processo de comunicação científica (GOMES, 2014). Os RI se projetam como meio de proporcionar o acesso livre à produção científica, artística e técnica pela internet, proporcionando a consulta a conteúdos em ambientes digitais.

Os RI surgem da necessidade da existência de uma ferramenta virtual que contemple todos os processos da produção de novos conhecimentos, desde sua

concepção até a sua disponibilização para avaliação de outrem (COSTA; LEITE, 2006). Pode-se perceber que os RI cumprem esta função, pois estão presentes desde a criação do trabalho (consulta a outros trabalhos), até a sua disseminação (submissão e disponibilização ao público externo).

Silva e Tomáel (2007, p. 3) afirmam que “[...] o que caracteriza os repositórios institucionais é o fato de serem orientados para a informação produzida no ambiente das instituições”. Nota-se, portanto, que sua criação se dá por iniciativa da instituição que a manterá.

Como mencionado, os RI surgem como uma via alternativa para disponibilização de trabalhos acadêmicos, em contraposição direta aos meios tradicionais, que consistem na publicação em periódicos, os quais em sua maioria possuem acesso restrito. Por conta disto, contam com características essenciais para cumprirem tal função.

Pode-se destacar primeiro, a exclusividade de seu conteúdo. Os RI se limitam a reunir a produção científica da instituição, não sendo realizada aquisição de conteúdos externos (LEITE, 2009). Assim, não há custo para adquirir novas obras, sendo o recurso informacional para o povoamento advindos da própria produção intelectual da instituição que o criou e o mantém.

Neste sentido, é possível afirmar que os RI são auto-sustentáveis, porém se tornam dependentes da intenção do autor, ou de políticas para submissão dos arquivos (WEITZEL, 2014). Portanto, é necessário que os pesquisadores sejam incentivados, por diversos meios, a disponibilizarem o acesso de suas obras na plataforma da instituição.

Outra característica determinante é a interoperabilidade, descrito por Weitzel como “fator primordial, pois possibilita a busca em um só local e a reunião de conteúdos dos diferentes tipos de publicação online” (WEITZEL, 2006, p. 61). Por isto, é impensável que o RI aceite documentos em um único formato, ou que proporcione o acesso a diferentes formatos de arquivos, sem comprometer a sua visualização.

Neste mesmo quesito, os RI devem ser integrados às ferramentas de busca mais utilizadas pelo público, como o Google (WEITZEL, 2006). Isto facilita a localização destes arquivos, possibilitando maior agilidade a sua consulta, ampla visibilidade e a produção de novos conhecimentos.

Ao mesmo tempo em que facilitam o gerenciamento da informação, os RI

proporcionam uma maior visibilidade para a produção científica da instituição que a mantém (COSTA; LEITE, 2006). Uma vez submetido e disponibilizado, o conteúdo estará disponível para acesso por qualquer pesquisador do mundo, que podendo utilizar os dados, irá realizar a citação de sua fonte, aumentando o prestígio do autor.

Pode-se compreender, portanto, que os RI se constituem como ferramenta para aperfeiçoamento do processo de produção e disseminação do conhecimento científico (LEITE, 2009). Como mencionado, o AA dos arquivos contribui para uma produção científica ágil e eficiente.

Para o AA e sua finalidade, os RI são imprescindíveis, uma vez que “[...] permitem tornar acessível para a crítica, sugestões e comentários da comunidade científica [...] intensificando e agilizando a troca informal de conhecimento” (COSTA; LEITE, 2006, p. 214). É preciso que as instituições de ensino e pesquisa se conscientizem da importância de criar e manter uma ferramenta de disseminação do conhecimento produzido, assim como incentivar os seus pesquisadores a realizarem o depósito no repositório, criando políticas para favorecer a sua gestão.

2.3 Políticas de Repositórios Institucionais

Os RI seguem diretrizes para seu funcionamento, que estabelecem os critérios de submissão e acesso aos conteúdos, sendo chamadas Políticas de Repositórios Institucionais.

A política de um RI contempla seu processo de desenvolvimento, planejamento, implementação e operacionalização, que sua elaboração deve ser precedida de um estudo detalhado sobre a instituição e o seu público (SILVA; WEITZEL, 2017). Desta forma, a política deve contemplar todos os aspectos do RI, desde a submissão do documento, sua disponibilização no ambiente virtual e o seu posterior acesso, bem como a segurança e preservação dos dados e dos documentos digitais.

A submissão de obras em RI é descrita como um processo que pode ser descentralizado, uma vez que pode ser realizado pelo auto depósito, isto é, feito pelo próprio autor, o que ocorre na maioria do RI (MAIO; MARQUES, 2007). Isto ocorre devido à natureza dos repositórios, que pressupõe a disponibilização voluntária de obras por parte de seus autores, embora sejam adotadas medidas de incentivo ou mesmo a obrigatoriedade, por meio da constituição de políticas mandatórias.

A necessidade desta característica é decorrente da existência dos direitos autorais sobre as obras, que permanecem sendo de seus criadores. Assim, a responsabilidade sobre o que será submetido e quais partes das obras ficarão acessíveis nos RI é dos próprios autores (SILVA; TOMÁEL, 2007). Deste modo, é importante que a política estabeleça critérios claros sobre a submissão dos arquivos, afim de que os autores avaliem a viabilidade de disponibilizar o acesso de suas obras.

Uma vez que os RI se baseiam no auto depósito por parte dos autores, é preciso incentivá-lo. Neste sentido, para que o AA seja de fato promovido pela existência do RI, é necessário que a política que o norteie considere estratégias previamente estabelecidas para incentivo do auto depósito (SILVA; TOMÁEL, 2007). Ações como a conscientização sobre a importância do AA e da visibilidade que isso trará ao autor são fundamentais.

É importante que a política estabeleça também um período máximo para a submissão da produção intelectual da instituição, de forma garantir que seja disponibilizado para o acesso da comunidade em geral (SILVA, 2014). Neste ponto, é preciso que apesar da obrigatoriedade, haja meios de prorrogar este prazo, tendo em vista que em alguns casos há motivos para que o documento continue restrito. Geralmente, estes casos são relacionados aos processos de patenteamento ou publicação em periódicos.

No que tange ao acesso aos arquivos, os critérios devem ser devidamente estabelecidos pela política do RI, uma vez que: “Tais aspectos, já bastante problemáticos em ambientes físicos, ganham complexidade maior no ambiente digital, onde o controle sobre as cópias é bastante frágil” (SILVA; TOMÁEL, 2007, p. 7). Para isto, é preciso que fique claro o nível de acesso ao conteúdo, se permitido a utilização do conteúdo ou dados, que seja obrigatória a citação da fonte, por exemplo. É preciso observar também que:

Deve-se descrever quais os tipos de níveis de acesso os usuários podem ter sobre os documentos armazenados no repositório institucional, detalhando se os documentos são de acesso aberto, embargo por tempo determinado em contrato), acesso restrito para uso somente através dos computadores da Universidade ou restrito completamente. (SILVA, 2014, p. 205)

Como observado na exposição do autor, há necessidade de delimitar os diferentes tipos de acesso, integral, parcial, restrito, afim de que os autores possam identificar o que desejam a suas obras e não haja conflito entre autor e instituição posteriormente. Esta delimitação passa pelo conceito de licenças de acesso, sendo a *Creative Commons* a mais utilizada no Brasil. Trata-se de uma forma de possibilitar

aos autores decidirem a forma como serão disponibilizadas as suas obras (MURIEL-TORRADO; PINTO, 2018). Com isto, os autores podem optar por permitir reproduções de seu trabalho, impedir modificações ou uso comercial e até mesmo impossibilitar a confecção de obras derivadas, como traduções.

Disponibilizar e explicar estes critérios é algo essencial na política dos RI, permitindo que os autores tomem ciência da forma como serão disponibilizadas as suas obras, podendo contribuir para diminuir o número de solicitação de embargo.

2.3.1 Embargo de Acesso

O embargo de obras “consiste na possibilidade de restringir o acesso a um documento por determinado período” (MEDEIROS; SANCHEZ-TARRAGÓ, 2021, p. 2). É solicitado pelos autores comumente no ato de submissão da obra ao RD.

Esta restrição de acesso pode ser solicitada de forma integral ou parcial, com a supressão de todo o conteúdo da obra, ou apenas uma parte determinada (SILVA, 2020). Desta forma, pode-se deixar acessível os resultados de uma pesquisa, mas sem divulgar os métodos utilizados e os dados coletados na mesma, por exemplo.

Esse processo é prejudicial à produção do conhecimento científico, uma vez que este tem no compartilhamento de dados, um de seus principais pilares. Nas universidades esta problemática é acentuada, em função de que muitos estudantes dão continuidade a pesquisas anteriores, acarretando na dependência da consulta a estes materiais para lograrem êxito na execução de suas pesquisas e contribuir para a evolução do conhecimento científico.

O embargo é costumeiramente associado à exigência de editoras de periódicos restritos, que possuem a prática de rejeitar a publicação de conteúdos que são acessíveis em outros locais, pelo princípio de exclusividade. Desta forma, as instituições acabam por conceder aos autores a possibilidade de restringirem o acesso as suas obras, mesmo que depositadas nos RI de suas instituições, por um período determinado (SILVA; WEITZEL, 2017).

Com isto, criam-se barreiras para a produção do conhecimento científico, que depende do compartilhamento dos resultados de pesquisas (MEDEIROS; SANCHEZ-TARRAGÓ, 2021). De igual forma, os autores das obras também são prejudicados, uma vez que a visibilidade de seus trabalhos é reduzida.

Apesar da problemática que o envolve, o embargo continua sendo um elemento importante para muitos autores, que desejam manter o acesso a suas obras com

acesso restrito. A fim de manter a produção científica, técnica ou artísticas destes autores dos RI, o embargo é inserido na política dos repositórios, que buscam contornar este obstáculo, ao definir prazos e critérios para a solicitação do mesmo.

2.3.2 Política do Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas

A Política do RIU/UFAM estabelece dentre os objetivos da plataforma “Assegurar à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral da produção intelectual” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2021, p. 2), assim como “Divulgar toda e qualquer produção intelectual da UFAM” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2021, p. 2). Nesta descrição, é explícito que a função principal do repositório da instituição é de disseminação da informação produzida no contexto da instituição, de forma a viabilizar o processo à toda sociedade do conjunto de saberes que são produzidos pela comunidade universitária, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Esses objetivos observam integralmente os princípios do AA, anteriormente expostos, bem como assegura ao autor a ampla visibilidade à sua produção científica, técnica ou artística.

Considerando as questões relacionadas a sigilosidade do conteúdo da produção científica, técnica ou artística a Política prevê que o autor pode impor ao seu trabalho um impedimento de acesso, estabelecendo que “O período de embargo será de 1 (um) ano a partir data de depósito. A extensão deste prazo suscita justificativa”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, 2021, p. 4). Desta forma, percebe-se que há o estabelecimento de um período máximo para manutenção do embargo, tendo a possibilidade de renovação do mesmo, o que deve ocorrer devido a situações que demandam um período muitas vezes indeterminado, como processos de patenteamento ou de publicação em periódicos, que se caracterizam como as principais motivações de solicitação de embargo.

Pesquisas anteriores, como a de Silva e Weitzel (2017) demonstraram que as políticas de RI das universidades seguem um padrão de não estabelecer explicitamente os documentos que podem ser embargados, além do período máximo: “[...] concluímos que não existe um padrão ou concordância quanto aos tipos de documentos ou conteúdo de trabalhos que devem ser de acesso restrito e o período de tempo que o mesmo deve ficar embargado” (SILVA; WEITZEL, 2017, p. 6). No caso do RIU/UFAM, observou-se que apesar do estabelecimento de 1 ano, há casos

em que o embargo se estende por um período maior, gerando a incerteza quanto a rigidez do processo de manutenção de embargo.

Isso explica-se porém, pela prática comum dos autores de cederem os direitos de suas produções à editoras de periódicos restritos, que exigem que o conteúdo seja inédito e por um período, exclusivo. A universidade por sua vez, fica impossibilitada de impor a publicação destas obras, e desta forma, precisa conceder um período de embargo maior do que o planejado.

3 METODOLOGIA

A pesquisa pode ser conceituada como uma série de procedimentos ordenados, que visam a resolução de uma problemática (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007). Compreende-se, portanto, que ela se baseia no emprego de diversas técnicas de forma metodológica, a fim de compreender determinado fenômeno, e formular possíveis intervenções.

Como natureza, este trabalho se trata de uma pesquisa aplicada, uma vez que há intenção de que seus resultados possam contribuir para a formulação de possíveis soluções para a temática tratada (FREITAS; PRODANOV, 2013).

A pesquisa exploratória caracteriza-se pela busca de informações sobre o fenômeno estudado: "[...] não requer a elaboração de hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto ou estudo" (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 63), delimitando-se portanto, a descrição do objeto de estudo.

Este estudo foi realizado com o intuito de descrever o fenômeno do embargo, e compreender a razão de sua ocorrência. Desta forma, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, pois não possui objetivo de comprovar uma hipótese, mas colher informações sobre determinado fenômeno, utilizando-se de fontes bibliográficas, documentais e resultados obtidos em pesquisa de campo.

A elaboração do estudo deu-se pela análise de dados objetivos e subjetivos, caracterizando sua abordagem como quali-quantitativa. Flick (2009, p. 43) estabelece que: "um estudo poderá incluir abordagens qualitativas e quantitativas em diferentes fases do processo". Optou-se por esta abordagem nesta pesquisa, afim de não limitar a coleta de dados acerca das motivações do embargo, mas também analisa-los a partir de uma perspectiva social, visando compreendê-lo, cumprindo assim, o objetivo da pesquisa científica, cuja:

[...] A finalidade da pesquisa científica não é apenas a de fazer um relatório ou descrição dos dados pesquisados empiricamente, mas relatar o desenvolvimento de um caráter interpretativo no que se refere aos dados obtidos. (LAKATOS; MARKONI, 2008, p. 272)

Como exposto pelos autores, a pesquisa deve para além da coleta de dados, realizando a sua interpretação, com o intuito de apresentar resultados devidamente comprovados que possam colaborar para o entedimento do fenômeno em estudo.

A pesquisa bibliográfica baseia-se na análise de material acadêmico produzido acerca do tema estudado, proporcionando ao pesquisador a análise de uma

quantidade de dados e informações maior do que poderia coletar de forma prática (GIL, 2014). O emprego desta modalidade de pesquisa neste estudo ocorreu com a finalidade de reunir os conceitos teóricos necessários para o entendimento das abordagens teóricas expostas na literatura sobre o tema de modo a favorecer a percepção de sua abrangência, assim como corroborar para a análise e interpretação dos dados obtidos na pesquisa de campo.

A pesquisa de campo possui “[...] o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 169). A necessidade de compreender as motivações dos autores que embargaram suas obras ou parte delas no RIU/UFAM, conduziu a aplicação desta abordagem para a coleta dos dados que foram posteriormente analisados com o intuito de dimensionar as razões do impedimento ao acesso do conteúdo produzido.

Por fim, a pesquisa documental caracteriza-se pela consulta a documentos institucionais, ou seja, fontes primárias (LAKATOS; MARCONI, 2010). Neste sentido, realizada a partir da consulta de documentos do RIU/UFAM, com especial foco na sua política bem como nos documentos que amparam sua criação e funcionamento.

Para esta pesquisa, foi adotado como universo os Repositórios Institucionais das instituições brasileiras de ensino superior, que atualmente são 53 (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2021), descritos como ferramentas de armazenamento, gerenciamento e disseminação da informação. Como amostra, o Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas, foi selecionado em função da familiaridade com a instituição, tornando mais acessíveis as informações necessárias para o desenvolvimento do estudo.

Os sujeitos da pesquisa foram os autores de obras embargadas no Repositório, nas categorias de dissertações de mestrado e teses de doutorado, tendo sido adotado como critério esta modalidade das obras, considerando que elas são auto depositadas sendo neste momento que o autor decide sobre embargo.

As informações sobre as dissertações e teses embargadas bem como os seus autores, foram disponibilizados pela Divisão de Documentação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (SISTEBIB). As informações disponibilizadas foram: título da obra, nome do autor, tipologia, descrição do motivo de embargo, e-mail do autor, data de submissão e data para possível liberação de acesso do documento.

Neste levantamento, constatou-se que haviam 134 itens com acesso embargado, constando o endereço de e-mail de 132 destes autores, sendo estes considerados válidos para a realização da pesquisa. Dentre as obras, 85 eram dissertações e 47 teses.

Para a coleta de dados, foi utilizado o questionário como instrumento. Este, consiste em: “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com propósito de obter informações” (GIL, 2014, p. 121). O questionário foi adotado para este estudo por se constituir como a forma mais adequada de abordagem aos sujeitos considerando que sua aplicação ocorreu de forma remota.

O questionário foi composto por quatro questões fechadas e uma aberta. Destas, apenas as quatro primeiras tinham sua resposta obrigatória para conclusão do formulário. As questões foram elaboradas de modo a abranger as problemáticas referentes à motivação para o embargo das dissertações e teses. O questionário foi composto de um texto de apresentação do escopo da pesquisa bem como os seus objetivos.

Para a aplicação do instrumento foi escolhida a plataforma *Google Forms* (ferramenta disponibilizada pelo *Google* que possibilita a elaboração e aplicação de formulários) utilizando os endereços de e-mail contidos no levantamento para o envio. O primeiro envio do formulário ocorreu em 23/09/2021, tendo sido realizado um segundo em 04/10/2021. O questionário esteve aberto para respostas desde a data de seu primeiro envio à 07/10/2021, totalizando 15 dias de coleta de dados.

As 36 respostas válidas, totalizando cerca de 28% dos instrumentos encaminhados, se caracterizam como dados primários. Estes, são definidos como resultados obtidos a partir de pesquisa, que não foram analisados para obtenção de informação anteriormente (CLARO, 2013). Tratam-se de informações obtidas diretamente com os sujeitos da pesquisa.

Para análise dos dados, foram utilizados os gráficos gerados pela plataforma utilizada para aplicação do instrumento, que proporcionaram a visualização de estatísticas a respeito das respostas obtidas. A tipologia de análise de dados foi a descritiva, que consiste na avaliação de resultados (SILVA, 2021), uma vez que realizou-se a partir dos dados obtidos pela aplicação do questionário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

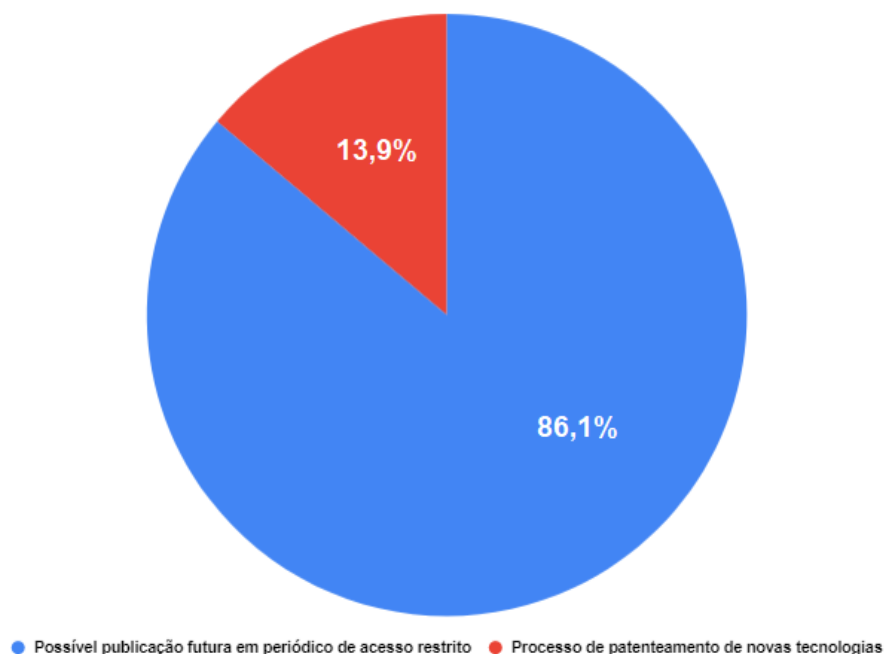
A discussão e análise dos dados estão expostas em quatro tópicos constituídos a partir do instrumento de coleta de dados, a saber: motivação do embargo, liberação do acesso, utilização de conteúdos de repositórios digitais e considerações sobre o embargo.

4.1 Motivação do embargo

A questão foi constituída com quatro opções de respostas, sendo uma pergunta de múltipla escolha, baseadas em suposições sobre quais seriam as razões mais recorrentes, além de um espaço para que fosse inserida a motivação que não coubesse nas opções apresentadas.

O gráfico 1 expõe as respostas obtidas destacando que 31 autores responderam que o embargo foi motivado por possível publicação dos trabalhos em periódicos de acesso restrito, representando 86,1% das respostas; os demais escolheram a opção de processo de patenteamento de novas tecnologias, representando 13,9% das respostas.

Gráfico 1 – Motivação do embargo.



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Observou-se que o embargo no RIU/UFAM está associado diretamente ao fator “originalidade”, uma vez que se baseia na preocupação dos autores de que suas obras possuam caráter inédito, sem publicação prévia, visando a publicação em periódicos de acesso restrito ou patenteamento de suas descobertas.

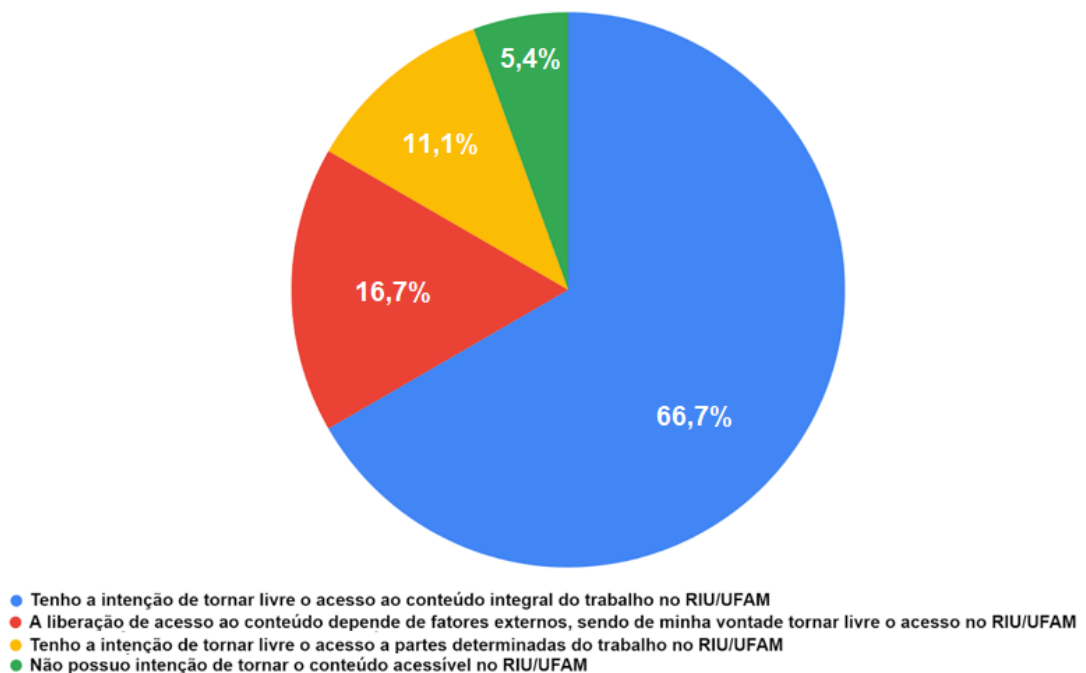
Este processo de apropriação do conhecimento produzido pela academia é contínuo e atualiza-se constantemente, uma vez que estas informações geram valor, principalmente em periódicos de acesso restrito (ALBAGLI, 2014). O surgimento do movimento AA gerou uma discussão acerca do papel das editoras na divulgação da informação, uma vez que as mesmas limitam o acesso às obras, visando sua exclusividade; os pesquisadores por suas vez, precisam acessar estas informações para desenvolverem seus trabalhos, o que leva as universidades à necessidade de pagamento para adquirir obras que foram produzidas dentro de seu próprio ambiente e com seus recursos (CAMARGO JR, 2012).

Neste cenário, observa-se um ciclo vicioso e maléfico, onde o setor privado se apropria do conhecimento produzido com financiamento público e posteriormente comercializa este mesmo conhecimento, que deveria ser naturalmente, público.

4. 2 Liberação do acesso

Na segunda pergunta, foi questionada acerca da disponibilidade do autor de tornar ou não suas obras de acesso livre no RIU/UFAM, ou em outro local. Com os resultados, observou-se que 94,5% dos autores que responderam o questionário possuem a intenção de tornar suas obras públicas, sendo que 83,4% do total demonstraram interesse em tornar o conteúdo de livre acesso de forma integral.

Gráfico 2 – Liberação de acesso.



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Pelo disposto no Gráfico 2, é possível inferir que os autores de obras

embargadas pretendem que suas obras sejam de fato, divulgadas no RIU/UFAM, de forma integral. Tal informação sugere que os pesquisadores possuem um senso de responsabilidade social e acadêmica, dada a compreensão de que a construção de novos conhecimentos depende do acesso livre aos resultados de pesquisas anteriores (CHAN; OKUNE; SAMBULI, 2015).

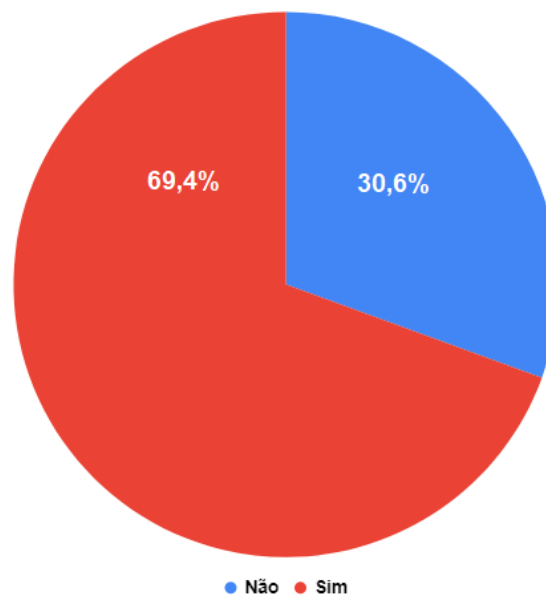
Esta compreensão de que as informações precisam ser compartilhadas pode ser associada ao histórico do AA, uma vez que busca-se disseminar a informação de forma livre e gratuita por meios eletrônicos há mais de 40 anos (MACHADO, 2015). Também é possível relacionar este resultado com entendimento por parte dos autores do papel da universidade, a que se atribui a função fundamental no processo de criação e disseminação do conhecimento (GOMES, 2014).

Em comparação ao indicativo anterior, entende-se que embora haja uma preocupação por parte dos autores de que suas obras gerem conteúdos a serem publicados em meios restritos, há por eles a preocupação de que posteriormente, estes dados possam ser compartilhados de forma livre, embora também haja preocupação com o que este acesso livre poderia gerar, como plágio.

4.3 Utilização de conteúdos de repositórios digitais

Os sujeitos foram questionados acerca da utilização de obras disponibilizadas por meio de RI na elaboração de seus trabalhos. A maioria dos autores relatou ter utilizado conteúdo, como observa-se no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Utilização de conteúdos de repositórios digitais.



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

Pelo exposto no Gráfico 3, é possível observar que o acesso aberto é fator fundamental para a produção intelectual, uma vez que possibilita aos autores a consulta das obras de seus pares, comparando dados, utilizando informações e conhecimentos anteriores e realizando a devida referência, algo que é prejudicado quando o embargo ocorre.

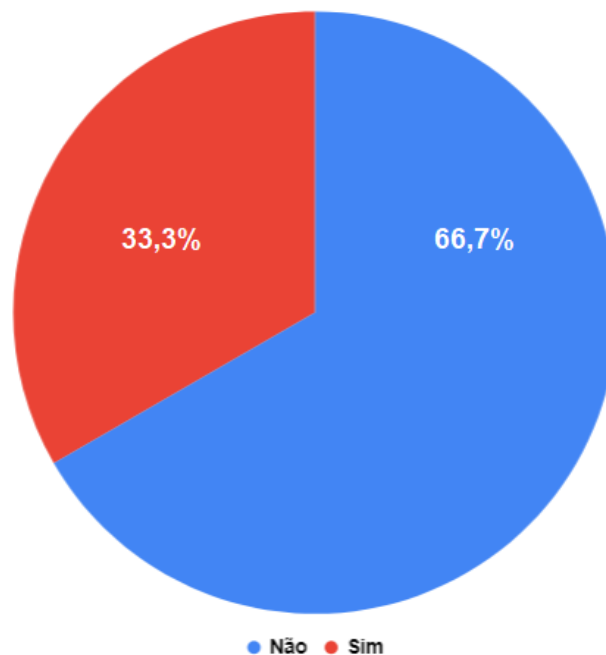
Este processo gera benefícios aos próprios autores uma vez que seus trabalhos tem sua visibilidade ampliada, facilitando o processo da troca de idéias e de atribuição de prestígio ao profissional que o confeccionou (COSTA; LEITE, 2006).

Neste sentido, pode-se observar os RI como serviço de informação científica (LEITE et. al., 2012), uma vez que proporciona um ambiente digital onde se realiza a submissão e disponibilização de obras, abrangendo todo o seu conteúdo, preferencialmente.

4.4 Considerações sobre o embargo

Por último, os autores foram confrontados com a seguinte questão: seria o embargo prejudicial à produção científica e a divulgação do conhecimento? A maioria entende que não, o que de certa forma entra em contradição com o indicativo anterior, uma vez que estes declararam utilizar dados de acesso público, mas não reconhecem a importância deste acesso livre como fator fundamental ao desenvolvimento de novos conhecimentos.

Gráfico 4 – Considerações sobre o embargo.



Fonte: Pesquisa de campo (2021)

O Gráfico 4 destaca um indicativo que se pondera ser decorrente da visão imposta pelas editoras, que tratam suas publicações como meio eficiente de garantir a disseminação da obra e ferramenta para aumento do prestígio do autor. Estes, incentivados pelas próprias universidades, buscam publicar seus trabalhos nestes periódicos, visando o reconhecimento de sua autoria.

Esta visão não é correta, uma vez que a publicação em periódicos de acesso restrito não atendem aos requisitos do AA: acesso simples, sem custo e com permissão para uso das informações ali contidas, desde que preservada a fonte (CAMARGO JR, 2012). Constatou-se portanto, que embora os autores possuam a intenção de tornar públicos os seus trabalhos, é deficiente o seu entendimento sobre a importância do acesso livre ao conhecimento científico.

De um modo geral, constatou-se que a maioria das motivações de solicitação de embargos consiste na possível publicação do conteúdo em periódicos restritos e processos de panteamento. Verificou-se portanto, que a opção pela restrição de acesso às obras baseia-se nos princípios de exclusividade e originalidade de conteúdo.

Medidas que permitiriam a diminuição da incidência de embargo dependem portanto, da mudança do cenário editorial e do processo de panteamento. Num primeiro momento, faz-se interessante que as políticas de RI possuam diretrizes a nível nacional, como destacam Silva e Weitzel (2017), estabelecendo os tipos de documentos que podem ser embargados e qual o período máximo para que as obras tenham seu acesso liberado de forma aberta.

Compreende-se que o estabelecimento destas regras iriam afetar o mercado editorial de publicações restritas, uma vez que afeta-se os fatores de exclusividade, causando resistência à este novo cenário. No entanto, o volume de publicações nestes periódicos que são produzidos em instituições públicas é relevante, o que levanta a possibilidade que este mesmo mercado se adaptaria a estas mudanças, seja na diminuição do período de exclusividade exigido, ou no estabelecimento de políticas editoriais que possibilitem o acesso aberto.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou uma análise sobre as motivações dos autores ao solicitarem o embargo de suas obras no RIU/UFAM, a compreensão de quais são os principais e as suas causas. Foi identificado que os principais motivos que levam os autores a solicitarem o embargo de seus trabalhos acadêmicos no Repositório Institucional da UFAM são a perspectiva de publicação em periódicos de acesso restrito e processo de patenteamento de novas tecnologias.

A análise de conteúdos teóricos sobre o tema proporcionou a compreensão dos assuntos abordados, permitindo maior entendimento das informações obtidas na aplicação do instrumento de coleta de dados.

A aplicação do questionário permitiu examinar as motivações de embargo sob a perspectiva dos autores que os solicitaram, de forma a compreender seus fundamentos, permitindo a pesquisa abordar a problemática de forma a abranger o seu escopo. O instrumento utilizado foi adequado para obter as respostas esperadas, porém sua natureza impessoal, baseada no contato somente virtual, limitou o número de respostas obtidas.

Sendo a problemática trabalhada de vital importância para o desenvolvimento e ampliação do Acesso Aberto, faz-se necessário que sejam desenvolvidas pesquisas semelhantes, a fim de aumentar o conhecimento sobre a temática, contribuindo para a construção de um cenário de disponibilização da informação de forma livre. Sugere-se que pesquisas com mesmo foco sejam aplicadas em diversas instituições de ensino, o que proporcionaria coletar dados consistentes sobre as motivações do embargo nas instituições de ensino superior públicas brasileiras.

Neste sentido, a pesquisa permitiu a compreensão dos motivos que levam os autores a solicitarem o embargo de suas obras, possibilitando uma reflexão acerca destes, bem como ponderações sobre como estes fatores poderiam ser trabalhados, a fim de que a ocorrência do embargo possa ser diminuída.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta em questão. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIÊNCIA ABERTA, QUESTÕES ABERTAS, X, 2014, Rio de Janeiro. **Anais**: [...]. Rio de Janeiro: Liinc; IBICT; OKF; Unirio, 2014. Disponível em: https://www.cienciaaberta.net/wp-content/uploads/2014/05/20140820_Albagli_Ciencia_Aberta_em_questao.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6028**: informação e documentação: resumo, resenha e resenha: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 013/2021, de 10 de Maio de 2021**. Política de Informação para o Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/resolucao_013_10_maio_2021.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.
- BERVIAN, Pedro A.; CERVO, Amado L.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CAMARGO JR, Kenneth Rochel de. A indústria de publicação contra o acesso aberto. **Revista de saúde pública**, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 1090-1094, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/i/2012.v46n6/>. Acesso em: 12 set. 2021.
- CHAN, Leslie; OKUNE, Angela; SAMBULI. O que é a ciência aberta e colaborativa, e que papéis ela poderia desempenhar no desenvolvimento?. *In*: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. p. 201-228. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/ci%C3%Aancia-aberta-quest%C3%B5es-abertas>. Acesso em: 26 out. 2021.
- CLARO, Alberto. **Sistemas de informações gerenciais**. São Paulo: Know How, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Metódos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel. O Acesso Aberto ao conhecimento científico: o papel da universidade brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 93-106, 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/issue/view/39>. Acesso em: 10 set. 2021.

GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Ciência aberta e inovação (responsável?). *In*: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz (org.). **Sob a lente da Ciência Aberta: olhares de Portugal, Espanha e Brasil**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. p. 465-488. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46053>. Acesso em: 16 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Repositórios digitais**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/informacao-para-a-pesquisa/repositorios-digitais>. Acesso em: 18/11/2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Fernando César Lima et. al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 28 out. 2021.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: Ibict, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4841>. Acesso em: 15 out. 2021.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Revista Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 206-219, 2006. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/323>. Acesso em: 16 out. 2021.

MACHADO, Jorge. Dados abertos e ciência aberta. *In*: ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. p. 201-228. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/ci%C3%Aancia-aberta-quest%C3%B5es-abertas>. Acesso em: 16 out. 2021.

MAIO, Sílvia Raquel da Silva; MARQUES, Amélia Maria Nunes. Repositórios Institucionais. **Retrieved May**, v. 6, p. 2012, 2007. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/159833744/Artigo-Repositorios-Institucionais#scribd>. Acesso em: 16 out. 2021.

MEDEIROS, Joyanne de Souza; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. Acesso aberto imediato ou embargo dos trabalhos de conclusão de curso? Estudo embasado na teoria da ação racional. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 26, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/81917>. Acesso em: 26 out. 2021.

MURIEL-TORRADO, Enrique; PINTO, Adilson Luiz. Licenças Creative Commons nos periódicos científicos brasileiros de Ciência da Informação: acesso aberto ou acesso grátis?. **Revista Biblios**, Pittsburgh, n. 71. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1562-47302018000200001&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 27 out. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalho-cientifico---2-edicao>. Acesso em: 28 out. 2021.

RIOS, Fahima Pinto; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; AMORIM, Igor Soares. Manifestos do movimento de acesso aberto: análise de domínio a partir de periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 148-169, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1152>. Acesso em: 22 set. 2021.

RODRIGUES, Maria Eduarda Pereira; RODRIGUES, Antônio Moitinho. Os autores e o repositório científico - estudo de caso. **Revista eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 107-121, 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/619/1585>. Acesso em: 11 set. 2021.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Algumas considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. **Revista Informação & Informação**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 90-115, 2016. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27939>. Acesso em: 13 out. 2021.

SILVA, Bruna Rafaelly Lima da Silva. **Motivações relativas ao ato de embargo de monografias na biblioteca digital de monografias da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://1library.org/document/q019k2xz-motivacoes-relativas-monografias-biblioteca-digital-monografias-universidade-federal.html>. Acesso em: 28 out. 2021.

SILVA, Douglas da. Conheça os 4 tipos de análise de dados para criar estratégias certeiras. **Blog da Zendesk**. [S. l.], 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.zendesk.com.br/blog/tipos-analise-de-dados/>. Acesso em: 28 out. 2021.

SILVA, Fabiana Vilar. **Subsídios para a elaboração de uma política de depósito mandatória em repositórios institucionais brasileiros**: uma análise de estudos de casos a partir dos elementos de desenvolvimento de coleções. 2014. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/11842>. Acesso em: 16 out. 2021.

SILVA, Priscila do Nascimento; WEITZEL, Simone da Rocha. Os desafios das políticas de embargo em repositórios institucionais: um estudo das coleções de teses e dissertações em institutos de pesquisa e universidades brasileiras. **Revista eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, p.1-7, nov. 2017. Supl. 11. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1363/pdf1363>. Acesso em: 14 out. 2021.

SILVA, Terezinha Elisabeth da; TOMÁEL, Maria Inês. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2, 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: BENANCIB, 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1234>. Acesso em: 14 out. 2021.

WEITZEL, Simone da Rocha. As novas configurações do Acesso Aberto: desafios e propostas. **Revista eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2 p.65-75, 2014. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/447>. Acesso em: 10 set. 2021.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Revista em questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/19>. Acesso em: 12 out. 2021.

APÉNDICES

APÊNDICE A – Modelo de texto de apresentação

Prezado (a),

O objetivo desta pesquisa é analisar os aspectos motivacionais dos autores ao solicitarem o embargo do acesso de suas obras no Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Os dados coletados irão compor o Trabalho de Conclusão de Curso do discente Lucas da Silva Teixeira, aluno do curso de Bacharelado em Biblioteconomia da UFAM, orientado pela Prof.^a Dra. Célia Regina Simonetti Barbalho.

Para esta pesquisa, estamos convidando os autores de obras embargadas no Repositório Institucional da UFAM a compartilharem os motivos que levaram a solicitação de embargo, se há perspectiva de liberação do conteúdo no futuro, entre outras questões.

A sua participação é importante para a compreensão do fenômeno de embargo em repositórios digitais, assim como para a formulação de possíveis medidas que poderiam solucionar esta problemática. Ao responder este questionário, declara-se que autoriza a participação na pesquisa. Ressalto que seu nome permanecerá em sigilo.

Em caso de dúvidas, o autor da pesquisa se encontra a disposição por e-mail: Lucasdasilva.tex@gmail.com.

Agradeço desde já a sua contribuição.

Atenciosamente,
Lucas da Silva Teixeira

APÊNDICE B – Questionário

1. Qual motivo levou a solicitação de embargo do acesso de seu trabalho no Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas?

- Possível publicação futura em periódico de acesso restrito
- Possível necessidade de correção futura do conteúdo
- Processo de patenteamento de novas tecnologias
- Proteção de dados sigilosos de instituições governamentais ou privadas
- Não concordo com a publicação do conteúdo

Outro: _____

2. Pretende tornar livre o acesso ao seu trabalho no Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas?

Tenho a intenção de tornar livre o acesso ao conteúdo integral do trabalho no Repositório Institucional

Tenho a intenção de tornar livre o acesso a partes determinadas do trabalho no Repositório Institucional, mantendo a restrição em outras

Não possuo intenção de tornar o conteúdo acessível no Repositório Institucional, e por nenhum outro meio

Não possuo intenção de tornar o conteúdo acessível no Repositório Institucional, mas por outros meios (publicação em periódicos e afins)

A liberação de acesso ao conteúdo depende de fatores externos, sendo de minha vontade pessoal tornar livre o acesso ao conteúdo integral do trabalho no Repositório Institucional

A liberação de acesso ao conteúdo depende de fatores externos, sendo de minha vontade pessoal tornar livre o acesso a partes determinadas do trabalho no Repositório Institucional, mantendo a restrição em outras

A liberação de acesso ao conteúdo depende de fatores externos, sendo de minha vontade pessoal não tornar livre o acesso ao conteúdo do trabalho no Repositório Institucional

3. Na elaboração de seu trabalho, você realizou consulta a conteúdos disponibilizados em repositórios digitais?

Sim

Não

4. Você considera o embargo de acesso de trabalhos acadêmicos prejudicial para a produção do conhecimento e divulgação científica?

Sim

Não

5. Em sua opinião, mudanças na Política de Acesso e Embargo do Repositório Institucional da Universidade Federal do Amazonas ou outros fatores diminuiriam as solicitações de embargo de trabalhos acadêmicos?
